

DISCURSO CRONÍSTICO: UMA “FALHA NO RITUAL” JORNALÍSTICO*

Vanise Gomes de Medeiros**

Resumo: Neste artigo, pretendo promover uma reflexão teórica à luz da Análise do Discurso (Pêcheux, Orlandi) sobre a prática discursiva da crônica. Isto significa que irei discutir a inserção da crônica no discurso jornalístico. Irei também me deter nas crônicas jornalísticas de um período – governo JK – que se mostrou importante no processo de significação da crônica na formação discursiva da literatura.

Palavras-chave: crônica; análise do discurso; discurso jornalístico.

1 CRÔNICA: UMA “FALHA NO RITUAL”

“Já passou o tempo em que o tempo não contava.”
(BENJAMIM, 1987)

“Se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio”. Assim, Benjamim (1987) vai tecendo a morte da narrativa em seu famoso ensaio *O narrador*. Fruto de uma época em que o tempo tinha outras significâncias, a narrativa, forma ancorada na tradição oral, sucumbe quando tempo passa a significar produção, isto é, quando o tempo passa a ser cultivado, jogando com as palavras de Benjamim, pelo que pode ser abreviado. Segundo Benjamim, as narrativas permitiam um intercâmbio de experiências; através delas se atualizava um conhecimento de mundo ancorado na sabedoria

* Este artigo é fruto de um recorte promovido em um capítulo – denominado “Discurso cronístico” – de minha tese de doutoramento (MEDEIROS, 2003). Aqui, para pensar a crônica discursivamente, empreendo uma reflexão sobre questões que envolvem uma disciplinarização dos saberes. Em outra parte do capítulo, detenho-me na disciplinarização dos dizeres. Cumpro dizer ainda que uma versão similar ao item 4 deste atual artigo foi apresentada no Congresso da Assel-Rio de 2003.

** Professora da UERJ e da PUC-Rio. Doutora em Letras.

cultivada com o tempo – este entendido como resultado da experiência ou da vivência. Com a entrada da imprensa, instrumento decisivo na consolidação da burguesia, destaca-se uma forma de comunicação, a informação¹, cujo veículo maior seria o jornal. A crônica jornalística brasileira, material com o qual estou trabalhando, insere-se no espaço jornalístico; é, como se verá mais adiante, seu produto. Como tal, nasceu. A crônica vive sob a égide do mito da informatividade (cf. MARIANI, 1998, p. 243) e por essa outra concepção de tempo. É, pois, a partir do espaço de inserção da crônica – no discurso jornalístico – que se pretende refletir sobre o discurso cronístico.

A crônica, como seu nome denuncia, traz a marca do tempo, *Chrónos*, do grego. Não são poucos os teóricos e estudiosos que põem em relevo a sua marca temporal: é comumente destacado como uma de suas características o fato de ser produzida no tempo de feitura do jornal, isto é, no espaço de até um dia. Além do escasso tempo para sua realização, a sua permanência no espaço também teria duração medida: a de um jornal que no dia seguinte já estaria na lata de lixo. Sem tempo para amadurecer e com tempo marcado para “morrer”, para muitos e durante muito tempo, a crônica foi, em função disso, considerada um “gênero menor”,² ainda que produzida por escritores renomados como Machado de Assis e Mário de Andrade, para citar apenas dois deles. Só o tempo e com ele novas formas de pensar foram mudando seu estatuto.

Produto de um tempo já capitalista, para usar mais uma vez a metáfora do tempo, uma vez que produto do jornal, considero que a crônica representa um espaço de tensão no discurso jornalístico. Tensão que proponho ser pensada como instituindo uma “falha” no “ritual” do discurso jornalístico.

A noção de ritual, ponto de partida para a reflexão sobre o espaço da crônica, comparece em Foucault, Althusser e Pêcheux. Foucault, em *A Ordem do discurso* (1998), analisando os procedimentos que permitiriam o controle dos discursos, expõe, como uma forma de restrição, o *ritual* – “definindo gestos, comportamentos, circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (p. 39). O ritual funcionaria, então, conforme Foucault, como um mecanismo estruturante do dizer de diferentes discursos:

¹ Conforme Benjamin, esta forma, embora com raízes antigas, só vem a se destacar com consolidação da burguesia (1987, p. 202).

² Tal afirmação tem suas raízes em Cândido, A. (1992): “a crônica não é um gênero maior”.

Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos. (p.39)

Em Pêcheux (1990), a noção de ritual é expandida a partir de Althusser. Este, ao analisar a natureza da ideologia, vai expor que a ideologia não tem “existência ideal, espiritual, mas material” (ALTHUSSER, 1985, p. 88). E cada aparelho ideológico do Estado realiza-a em sua prática - “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas” (p. 89). Práticas que, por sua vez, são reguladas por rituais, “nos quais estas práticas se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico, mesmo que numa pequena parte deste aparelho: uma pequena massa numa pequena igreja, um enterro, um pequeno jogo num clube esportivo, em dia numa escola, uma reunião ou um *meeting* de um partido político, etc.” (p. 91. Grifo do autor). A esta noção de ritual Pêcheux (1990, p. 17) acrescenta a falha, como lhe sendo constitutiva:

E acrescentaremos que levar até as últimas conseqüências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que **não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura**: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho. (Aspas do autor. Negrito meu)

Uma palavra por outra: metáfora. Mas também equívoco. Daí a falha. Portanto, de Foucault, interessa aqui a idéia de ritual como prática estruturante do dizer. Prática que, apoiando em Pêcheux, passa a ser entendida como estruturante de todo e qualquer dizer – até porque, conforme Pêcheux, todo dizer é ideológico – e que passa também a incorporar a possibilidade do equívoco instaurando a falha. Isto posto, considero que o discurso jornalístico engendra, como qualquer discurso, um ritual e que a crônica funciona como uma “falha”, ou melhor, uma das falhas desse ritual. A fim de observar o ritual e esta sua falha (a crônica), é preciso antes observar a cisão que foi se constituindo no dizer entre formas de saber bem como refletir sobre o percurso da crônica no jornal. É o que será feito nas partes que se seguem.

2 SOBRE A DISTÂNCIA ENTRE “DUAS CULTURAS”

Em *Ler o arquivo hoje*, Pêcheux nos fala da distância que se formou entre *duas culturas*³, a científica e a literária:

Ao longo de toda uma história das idéias que vai do século XVIII ao século XX [...] essas duas culturas não pararam de se distanciar uma da outra, veiculando, cada uma, não somente suas esperanças e ilusões, como também suas manias e seus tabus, ignorando de uma maneira mais ou menos deliberada a própria existência da outra. (1997, p. 56)

Distância engendrada, conforme Pêcheux, por formas de leitura distintas, distantes e especializadas. Por formas de leitura autorizadas e não autorizadas. Essa divisão, que Pêcheux aponta no campo da leitura, é trabalhada por Orlandi (1990) no terreno da escrita. Segundo esta autora, a partir do século XVII, tem-se duas palavras “rapport” e “relation” que vão pouco a pouco diferenciando a prática do “relato daquilo que alguém viu pessoalmente” (*idem*). A primeira vai se destinar a trabalhos técnicos científicos, e resulta, por exemplo, no relatório de pesquisa; a segunda vai se destinar ao relato literário. São duas práticas que, conforme Orlandi, vão separando o que seria ficção (“relation”, narrativa) do que seria ciência (“rapport”, relatório). São duas práticas que vão “regularizando” o que constituiria um território da ciência em oposição a um território do ficcional e que vão formando e organizando os discursos situando-os de cada lado do paradigma. Portanto, com Pêcheux (1997), observamos uma cisão que vai se efetuando no território da leitura; com Orlandi (1990), a separação que vai se articulando no terreno da escritura. Vinculada a estas duas separações encontra-se, entre outras coisas, uma outra: agora em relação à figura do autor.

Autor literário e autor de ciência já não significavam duas práticas comuns na Idade Média. Conforme Foucault (1998, p. 27), se, para o discurso científico, a atribuição de um autor era fundamental, como “indicador de verdade”, o mesmo não ocorria no discurso literário. Contudo, a partir do século XVII, esse quadro começa a mudar. Paralelamente a um enfraquecimento da figura do autor de ciência tem-se o fortalecimento da autoria no discurso literário. Cito Foucault (1998, p. 27):

³ Termo de Pêcheux, 1997.

[...] todas as narrativas, todos os poemas, todos os dramas ou comédias que se deixava circular na Idade Média no anonimato ao menos relativo, eis que, agora, se lhes perguntam (e exigem que respondam) de onde vêm, quem os escreveu; pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome, pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa, pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer.

De anônimo a figura singular no século XIX (SCHNEIDER, 1985, p. 35), o autor do texto considerado literário não cessa de se mostrar com sua assinatura; assinatura que, diferentemente do que ocorreu com o autor de ciência, não funciona como “indicador de verdade”, mas como indicador de posse. Já o autor de ciência, este desaparece nos laboratórios e equipes (ORLANDI, 1996, p.140). Voltemos à crônica.

A palavra crônica já encontra uso na escrita medieval para se referir a “registro ou narração dos fatos e suas circunstâncias em sua ordenação cronológica”(NEVES, 1992). Essa forma de escrita vai sofrer no século XIV, ao menos em língua portuguesa, uma mudança significativa: o cronista medieval vai se transformar em historiador (COSTA LIMA, 1986)⁴. Segundo Costa Lima (1986), em *Crônica de D. João I* de Fernão Lopes, a concepção existente de cronista como compilador de fatos se vê ultrapassada pela concepção de “intérprete dos fatos”. Mais do que “narrar”, Fernão Lopes precisava com tal crônica legitimar um bastardo, Mestre de Avis, “vencedor em uma verdadeira guerra civil, onde se apoiara na ação do povo e na iniciativa de mercadores enriquecidos e opondo-se à posição tomada pela maioria da nobreza lusa”, como Rei de Portugal, futuro D. João I. Daí a necessidade de “interpretação”, de leitura autorizada:

A crônica, por assim dizer, deixa de se escrever por si própria e passa a depender da interpretação de quem a assina. O cronista deixara de ser um coletor, para tornar-se um intérprete. (*idem*, 1986, p. 22)

E daí o historiador. O cronista medieval se transforma em historiador e a crônica medieval passa a ser conhecida como “cronicões” (SOARES, 2000, p.

⁴ Apesar de estar trabalhando diretamente com o texto de Costa Lima (1986), foi em Silveira (1992) que encontrei resumidamente a posição de Costa Lima em relação ao cronista medieval.

64). Curiosa passagem que se efetiva pela prática da interpretação, por conseguinte, da leitura: de registro de fatos a discurso histórico. E que permite observar o paradoxo do discurso histórico: um trabalho de interpretação (e de leitura) que se apaga enquanto tal. Antes de prosseguir, são necessárias algumas palavras sobre a noção de interpretação.

3 INTERPRETAÇÃO E CRÔNICAS

A noção de interpretação tem como um uso corrente a idéia de funcionar como um dado a mais no processo de leitura. Melhor explicando, haveria uma prática de leitura “literal” sobre a qual a interpretação indicaria um algo a mais, qual seja, o advento de uma subjetividade. A uma leitura “neutra”, dos “fatos em si”, a interpretação se sobreporia como a marca de uma tomada de posição. Não é, entretanto, assim que funciona no campo teórico em que se situa este trabalho.

Para a Análise de Discurso, a interpretação é, conforme Orlandi (1996, p. 20), uma relação necessária do sujeito com o mundo. Já que se parte do princípio de que todos os sentidos são possíveis (dado o limite da história) e que dizer é significar, a interpretação passa a ser entendida como princípio de significação. Citando Orlandi, “não há sentido sem interpretação” (2001, p. 63); não há dizer sem injunção à interpretação; não há sujeito sem interpretação. Portanto, não há um “antes” em repouso ao qual se acrescentaria uma interpretação. Não há enfim neutralidade em Análise de Discurso, ainda que, recuperando o exemplo da crônica medieval, proceda-se uma “simples” compilação de dados. Há, entretanto, dois tipos de gestos de interpretação: do sujeito comum e do analista.

O gesto de interpretação do sujeito comum é, de acordo com Orlandi (1996, p. 84), apagado no próprio ato em que se dá, uma vez que aí joga o efeito de evidência. Efeito que nega a interpretação. Nega a inscrição na língua, isto é, a inscrição em uma e não em outra formação discursiva⁵. Já o gesto de interpretação do analista, por sua vez, conforme Orlandi, apóia-se em um dispositivo teórico. Dispositivo esse que demarca uma posição de leitura outra em relação às demais teorias. Não há, importa repetir, para a Análise de Discurso “uma posição neutra do analista em relação ao sentidos” (p. 85). No caso da teoria aqui em questão,

⁵ Por formação discursiva entende-se, conforme Pêcheux (1988), matriz de sentido, isto é, lugar de delimitação do sentido e da ilusão de sua transparência.

trata-se de um dispositivo que trabalha com a alteridade inscrita na língua, o que irá significar trabalhar com o dizer como já dito: todo dizer é inscrito em dizeres outros.

Pensando no caso de Fernão Lopes, o que se tem com seu trabalho é um gesto que inaugura uma nova prática: a prática histórica. Em outras palavras, com Fernão Lopes tem-se uma reorganização dos sentidos do cronista medieval – de “compilador” a “articulador” –, em que em ambos se configura um duplo gesto de interpretação: do sujeito para dizer e do “analista” para com o que configura seu objeto de trabalho.

De acordo com Pêcheux (1997), o trabalho social da leitura (que se estende através de Orlandi para trabalho social da escrita) confere a alguns “o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’” (p. 58; aspas do autor) e a outros “a tarefa subalterna de preparar e sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’” (p. 58; aspas do autor). O que se pretende aqui destacar é que o discurso histórico traz em seu bojo a interpretação e foi, uma vez apagada a interpretação, se situando no paradigma do científico, porque foi se constituindo como “discurso da verdade”. Um parêntese: estou aqui considerando a noção de discurso histórico que vigorou durante boa parte de sua constituição até passar a ser, em meados do século XX, objeto de reflexão e discussão sobre seu lugar, seu modo de feitura, seus mitos, entre outros aspectos. Retomando, então, a divisão exposta em Pêcheux, o que se pode observar é que o discurso histórico situa-se do lado daqueles que têm o direito à interpretação, à “leitura original” de que fala Pêcheux.

Antes de continuar, é preciso observar ainda a oposição entre “leitura original” e “interpretação”. Diferentemente de uma posição já corrente em que se assume a existência do sentido literal, através de Pêcheux e de Orlandi, tem ficado exposta a ilusão da idéia de literalidade. Portanto, quando se fala aqui de “interpretação” em oposição a “tratamento literal” ou “leitura original”, não se trata de se postular um sentido primeiro, mas de uma leitura legitimada como tal e apagada como interpretação.

Retornando à passagem do cronista medieval a historiador, o que se constata é que a “leitura original” se dá pela entrada do autor⁶ como voz legitimada para

⁶A noção de autoria será retomada mais adiante. Por ora, importa dizer que está sendo tomada como forma histórica.

interpretar. Ou seja, a autoria funciona aí para sustentar um discurso como verdadeiro, como científico, ao mesmo tempo em que uma série de outras marcas, tais como, as referências, as citações, o destaque da metodologia, da pesquisa e da documentação, o tratamento do que seriam os fatos como evidências independentemente da escritura, entre outros, funcionam para apagar a existência da autoria e da interpretação. E trabalham com isso a ilusão da neutralidade. O que interessa destacar mais uma vez aí é que essa prática discursiva do discurso histórico articula-se a partir de um paradoxo. Dada a cisão entre as duas culturas de que fala Pêcheux, o discurso histórico se supõe no paradigma do discurso científico, opera na ilusão de ser um discurso objetivo e sem marcas de subjetividade; no entanto, o gesto de interpretação, o trabalho do autor legitima seu discurso. Um discurso que julga não se assinar.

Se isto funcionou com o discurso histórico, não é o que se verifica com o discurso literário. Aí a autoria, originária da transgressão (FOUCAULT, 1998, p. 47), fruto de uma preocupação de ordem já jurídica – atribuir propriedade e controlar o plágio –, confere ao discurso literário o lugar oposto na cisão apontada por Pêcheux e Orlandi. Cabe agora perguntar o que ocorre com a crônica brasileira, uma vez que ela é produto do discurso jornalístico e fruto do trabalho do literato e/ou do jornalista. Tomemos como material para esta reflexão as crônicas jornalísticas do período JK.

4 LENDO AS CRÔNICAS JORNALÍSTICAS LITERÁRIAS DO PERÍODO JK

Ler jornais de quase 50 anos atrás em busca de crônicas jornalísticas literárias e de seus cronistas pode levar um leitor que desconheça as categorias de leitura de crônicas em jornais dos anos 50 a ter dificuldades em localizá-las. Irei expor e discutir alguns dos obstáculos que podem se apresentar a um leitor atual quando em busca de crônicas jornalísticas literárias nos anos JK, visando contribuir tanto para a reflexão sobre o discurso cronístico quanto para uma reflexão sobre leitura.

Uma das primeiras dificuldades na leitura das crônicas dos anos 50 advém do fato de, por um lado, o termo crônica encabeçar diferentes textualidades e, por outro lado, de o termo não ser, *grosso modo*, título de coluna de crônica literária. Por exemplo, no *Jornal do Brasil* (JB), em uma coluna diária sobre

música, assinada por Renzo Massarani, apresentado como crítico musical, por vezes, encabeça-lhe o título de *Crônicas*, outras vezes, tem-se *Teclado* (este bem mais usual que aquele). Aí encontram-se, indiferentemente do título, cartas – algumas dos próprios leitores –, informes curtos sobre eventos culturais a ocorrer naquele dia na cidade ou no mundo e crítica de acontecimentos do mundo musical. Um outro exemplo: no *Correio da Manhã*, há uma coluna diária no quinto caderno, denominada *Crônica Científica*, em que Floriano de Lemos comenta desde problemas de saúde (o que é mais freqüente) a problemas com a língua portuguesa, muitas vezes em resposta a cartas de leitores. É também comum a palavra crônica ser título de coluna em que se tem informes de acontecimentos fora do país (como é o caso de uma coluna eventual no JB chamada de “Crônicas de Nova Iorque”). Embora não tão corrente, por vezes aparecem colunas intituladas como “Crônicas de São Paulo” ou “Crônicas de Minas”, em que se tem narrativas de algum momento da história da cidade em questão ou notícias da cidade em foco. Por fim, tem-se colunas de crônicas esportivas e de crônicas sociais. Estas são denominadas notícias sociais, mas, por vezes, o termo crônica lá se mostra.

Em suma, no que se refere ao termo crônica, este aparece, nos jornais do período JK, significando: notícias do mundo; eventos culturais; informes sobre saúde ou língua; conversas com o público no sentido de resolver dúvidas ou problemas; narrativas históricas; notícias e/ou comentários esportivos; notícias sociais. Desta lista não faz parte, contudo, o tecido textual do cronista literário.

É interessante observar em relação ao termo “crônica” que, se não encabeça, *grosso modo*, o texto da crônica literária e sim outras textualidades, há, no entanto, nos jornais da época, tanto nas próprias crônicas como em lugares outros (nos suplementos, em artigos, em reportagens especiais), uma extensa referência ao material de escritores e de jornalistas como se tratando de crônica e a seus autores como sendo cronistas, o que não acontece comumente nem com os outros textos anteriormente listados nem com seus autores. Portanto, internamente, no corpo dos inúmeros e diferentes textos jornalísticos, o material cronístico literário é referido como crônica e seus autores são apontados como cronistas. Importa observar que o próprio cronista também assim se auto-denomina, o que não ocorre nos outros lugares mencionados. Ou seja, à ausência de denominação “crônica” no corpo da coluna corresponde um intenso processo de demarcação de uma formação discursiva que viria a ser considerada como

um gênero literário. E o inverso também se observa nos espaços que apresentam o título de crônica. Mais adiante essas questões em relação ao termo crônica serão retomadas; por ora, interessa registrar mais alguns dos possíveis tropeços para a leitura das crônicas.

Uma outra ordem de dificuldade diz respeito à localização da crônica. Por exemplo, Fernando Sabino, que começa a escrever no JB em 1958, não tem no início página ou coluna fixas. Apenas depois de um certo período, este autor passa a ter sua crônica publicada diariamente na página 7, isto é, em uma página em que não se encontra o editorial. Esta localização consiste em uma exceção em termos de espaço: em geral, as crônicas do período JK ocupam a mesma página do editorial, o que funciona como indicador do lugar de prestígio que a crônica possuía à época.

Há também a dificuldade decorrente da pluralidade de tecidos textuais em uma mesma coluna e sob um mesmo rótulo. Por exemplo, ainda no JB, encontra-se uma coluna, denominada *Rodízio* em que aparecem, entre outros, Ferreira Gullar, Hélio Pelegrino, Luiz Lobo, José Carlos Oliveira, Luiz Garcia. No entanto, nem todos que aí escrevem assumem-se como cronistas, tampouco são indicados por outros que comparecem neste mesmo espaço ou por outros em outros lugares do jornal como cronistas. Ou seja, em um mesmo espaço e sob um mesmo rótulo (*Rodízio*), tem-se, então, diferentes textualidades, sendo a crônica uma delas.

A nomeação do cronista é outro fator de dificuldade. Por exemplo, é também comum o leitor se deparar com iniciais ou pseudônimos no lugar de uma assinatura. Se isto por vezes não impede a identificação, como é o caso de C.D.A. (Carlos Drummond de Andrade) no *Correio da Manhã*; por vezes sim, como é o caso de *All Right* no mesmo jornal, ou de O.C.F. no JB. Portanto, uma outra observação interessante ao discurso cronístico: o ocultamento do nome.

Por fim, a possibilidade de se ter um mesmo autor assumindo mais de uma posição discursiva, isto é, o fato de um mesmo escritor ou jornalista poder aparecer em mais de um lugar ou de um jornal, assumindo posições diferentes. Por exemplo, no JB, na página do editorial, Ferreira Gullar assina uma coluna⁷ na posição de

⁷ Uma observação: a posição discursiva de Gullar como cronista se reafirma em 1959 quando inaugura um novo espaço como cronista: no alto da página do editorial e ao lado de Manuel Bandeira. Trata-se a partir deste momento de um espaço fixo e regular: havia dias específicos na semana para ler sua crônica.

cronista (várias vezes afirmou ter tal função e também foi apontado e elogiado por outros como cronista) e outra coluna, intitulada “Artes Visuais”, em outra página do mesmo jornal, isto é, no JB, na posição de crítico de arte. Esta sua última posição também comparece no *Diário de Notícias*. E, por vezes, ele, assim como Sabino ou Drummond escrevem em vários suplementos literários de outros jornais, seja na posição de poeta (ou de escritor), ao publicarem um poema ou parte de romance, seja na posição de crítico literário, ao resenharem e comentarem a obra de algum colega.

Sintetizando, são dificuldades que dizem respeito: (a) à não familiaridade com a tensão do termo crônica no período privilegiado; (b) à não familiaridade com os jornais da época e com isto a dificuldade de saber em tal ou qual página se encontra uma crônica; (c) à não familiaridade com o universo dos cronistas da ocasião⁸; (d) à não familiaridade com as iniciais e os pseudônimos de alguns cronistas; (e) a não familiaridade com as diferentes posições discursivas de escritores e jornalistas.

São, pois, dificuldades que decorrem das condições de produção de leitura. Por exemplo, no caso (a), a dificuldade se deve à flutuação do termo crônica enquanto construção discursiva de um referente. No caso (b) e (c), as dificuldades advêm da relação entre leitor real – o que aqui significa um leitor tanto em posição de leitor atual de crônicas jornalísticas quanto de um na posição de leitor crítico (leitor analista de discurso) – e leitor virtual das crônicas jornalísticas do próprio período JK, isto é, do leitor virtual aí inscrito. Nos casos (d) e (e), entram em cena dificuldades oriundas da própria historicidade da crônica. Uma observação importante: estas distinções são de base operatória já que em todas elas jogam a questão do leitor e do texto.

Explicando o que foi dito, no quadro teórico da Análise de Discurso, a leitura, na medida em que é produção de sentido, também tem suas condições de produção, da qual fazem parte, entre outras, a relação entre leitor e texto e as histórias de um texto (ORLANDI, 1988). No caso aqui, a história da textualização da crônica ou, em outras palavras, a história da naturalização do que mais tarde viria a ser denominado como gênero cronístico.

⁸ Apesar de haver um número significativo de cronistas que se tornaram conhecidos por tal prática, há inúmeros outros sem tanto reconhecimento.

No que tange à relação entre texto e leitor, é preciso sublinhar que em *Análise de Discurso* esta relação não é direta, mas mediada por formações imaginárias, daí a noção de leitor virtual. Cito Orlandi:

Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos “formações imaginárias” em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um “cúmplice” quanto um seu “adversário”.

Assim, quando o leitor real, aquele que lê o texto, se apropria do mesmo, já encontra um leitor aí constituído com o qual ele tem de se relacionar necessariamente. (1988, p. 9; grifo da autora)

O leitor real não interage diretamente com o texto; o que significa que a leitura e, no caso, a compreensão de um texto não se restringem a decodificação da informação que aí porventura residisse. Ler é, conforme os inúmeros artigos e livros de Orlandi que tratam da questão, produto de uma prática histórica: social e ideológica. E tanto o leitor real quanto o leitor virtual estão inscritos em formações discursivas. Disto resulta a possibilidade, a dificuldade bem como a facilidade da leitura. Refletindo sobre o caso da crônica nos anos 50, o que se pode dizer é que há um leitor aí inscrito em uma prática discursiva na qual está em jogo a própria textualização do objeto crônica. É com isto que o leitor atual tem de se relacionar e não com um texto auto-significativo. Daí as dificuldades antes apontadas.

No que tange à história da textualização da crônica, esta diz respeito ao percurso da mesma como um espaço de produção de sentido que foi se institucionalizando no jornal como um gênero discursivo específico. São necessárias duas palavras sobre texto.

Se texto em *Análise de Discurso* é tomado pragmaticamente como uma unidade acabada – “constitui uma totalidade com começo, meio e fim” (ORLANDI, 1987, p. 195), isto não implica que se o considere, contudo, como um produto completo. É preciso explicar. O texto em *Análise de Discurso* é pensado na sua dimensão discursiva, isto é, em que jogam as condições de produção de sentido: os interlocutores, a situação, os implícitos, as intertextualidades, as histórias do texto e do leitor, os modos de leitura, a época em que é lido e/ou foi escrito, entre outros fatores. Isto significa que o sentido não está nem no texto nem no leitor, mas na

relação entre os dois. Relação, como já dito, atravessada pelas formações imaginárias. Daí a incompletude do tecido textual. Em outras palavras, trata-se de diferenciar o texto enquanto objeto empírico – aí se o toma como acabado – de texto enquanto objeto teórico: incompleto, porque “bólide de sentidos” (ORLANDI, 1996, p. 14).

Retornando à leitura das crônicas do período JK, o que importa destacar, ao se observar as dificuldades encontradas em relação à crônica e aos cronistas, é que a crônica, mesmo enquanto tecido textual empírico, é também (ou sobretudo) uma construção histórica. Daí as possíveis dificuldades para um leitor, com as categorias do que se entende hoje por crônica, ao se debruçar sobre a malha discursiva das crônicas nos jornais de 50 anos atrás. Por outro lado, vale notar que, para o leitor analista de discurso, as mesmas dificuldades serviram como pistas do funcionamento discursivo da crônica. Expliquemos.

Ao se começar a ler os jornais em busca das crônicas e seus cronistas, de imediato se observou que as dificuldades anteriormente listadas indicavam uma flutuação do termo crônica no que tange à construção discursiva de um referente. Em outras palavras, o que os jornais da época permitiu observar foi, como já exposto, uma multiplicidade de sentidos e de lugares para a palavra *crônica*. Esta aparecia nomeando notícias, eventos culturais, entre outras coisas, mas não nomeava a crônica literária (ou ao menos não servia de título a ela). Trata-se de uma multiplicidade de sentidos que também comparece nos dicionários da época. Por exemplo no verbete “crônica” do dicionário de Francisco Fernandes de 1953, encontra-se “narração histórica, segundo a ordem dos tempos; noticiário dos jornais; comentários literários e científicos, que preenchem periodicamente uma seção de jornal; (fig.) biografia escandalosa”. Aí faz-se menção à literatura, mas não há menção à crônica enquanto gênero literário. No período em questão, o que se observa é, pois, uma tensão na nomeação da crônica literária: esta não é nomeada ostensivamente, mas indicada em outros textos jornalísticos (ou auto-indicada). Mais adiante, vai-se observar que data deste período o reconhecimento da crônica como gênero literário. Por ora, vale notar que, em relação aos sentidos de crônica no jornal dos anos JK, o que se nomeia como crônica ainda não se encontra na formação discursiva do campo da literatura e sim na formação discursiva do território jornalístico.

Continuando a refletir sobre a flutuação do termo crônica, cabe dizer que esta flutuação corresponde a uma fluidez da materialidade textual do tecido

cronístico, isto é, daquilo o que se está entendendo como crônica literária. É diverso o material que se encontra nas crônicas literárias. À guisa de ilustração, na coluna quase diária de Manuel Bandeira, assumido e referenciado como cronista, acham-se produções como versos, cartas abertas a amigos, resenhas de livros, além de, entre outras coisas, textos que se constroem a partir da vida hodierna ou do acontecimento noticiado. Na coluna de outros cronistas, como na de Drummond, por exemplo, encontram-se também cartas de leitores. Ou seja, há uma fluidez no tecido cronístico, fluidez que tem vinculações na origem do gênero e que joga com a flutuação do termo crônica em diferentes textualidades. Em suma, o que a diversidade do tecido cronístico literário permite observar é a fluidez como marca de um funcionamento discursivo do que à época começa a ser apontado como gênero cronístico. Vejamos um pouco do percurso histórico da crônica.

5 UM POUCO DO PERCURSO HISTÓRICO DA CRÔNICA

Embora há muito tempo aqueles que praticassem a escritura da crônica literária já refletissem sobre o que seria uma crônica literária, teria sido em 1958, conforme Resende (2001a, p. 36), com Portella, no livro *Dimensões* (1959), um dos primeiros reconhecimentos pela crítica literária do material cronístico como gênero literário. Em outras palavras, pode-se situar a partir dessa época um processo de discursivização da crônica como gênero literário.

É oportuno destacar que o início de uma reflexão sobre esse objeto na literatura não vem, contudo, desacompanhada de um fenômeno de publicação de crônicas jornalísticas em livros, conforme se lê em Portella (*idem*, p. 103), nem de uma intensa produção cronística nos jornais (cf. MEDEIROS, 2003), tampouco de uma intensa produção jornalística. São inúmeros os jornais postos em circulação à época e que desaparecerão na década seguinte (cf. SODRÉ, 1999) e a figura do escritor encontra-se aí profundamente marcada. Um dos motivos é que data também deste período o “início da era dos suplementos culturais e literários” (RESENDE, 2001b, p. 12), vindo a reboque das revistas também literárias.

São inúmeros os escritores que escrevem na imprensa; são muitos os cronistas presentes nos jornais (cf. MEDEIROS, 2003). Se há inúmeros cronistas

no jornal, a presença do literato nos jornais não é, todavia, nova ao jornal, não vem tampouco desse período, nem se restringe à posição de cronista ou de crítico. O literato já era figura presente e deveras atuante no jornal brasileiro, inclusive como jornalista. Conforme Sodré (1999), no século XIX, era o literato o responsável pela “forma difícil, empolada” com que era redigido o noticiário (p. 283). Forma que desaparece no início do século seguinte com a entrada do tema político, que, segundo este autor, começa a neutralizar a linguagem literária (p. 323). Em outras palavras, que começa a “limpá-la” dos excessos.

O que tal processo nos permite observar é uma disciplinarização dos saberes e dizeres. Ou melhor, trata-se de uma divisão da escrita que se efetua na prática jornalística: de um lado, um saber/dizer que se neutraliza, que se pretende sem excessos, que trabalha a clareza dos sentidos; de outro, um saber/dizer que permite o acréscimo, os jogos de palavras, a metáfora, os “outros” sentidos. Divisão que irá também instaurar espaços diferentes para os saberes/dizeres.

Portanto, imprensa e literatura se misturavam desde o começo da prática jornalística no Brasil e isto, segundo Sodré, porque os “homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível” (p. 292). No período que está sendo focalizado (governo JK), a presença dos literatos não apenas é bastante forte nos jornais como ganha um espaço: os suplementos literários. Importa destacar que a criação dos suplementos literários irá possibilitar a instituição de um lugar específico, e de destaque, para o literato. À guisa de comentário sobre a importância dos suplementos literários à época, basta lembrar que eles foram palco de manifestos concretistas e de debates sobre a construção de Brasília. No entanto, trata-se de lugar “fora” do jornal, isto é, o suplemento literário consiste em um caderno a mais, um anexo ao jornal⁹. Nesse tipo de suplemento encontram-se contos, novelas, poesias, críticas literárias, por exemplo. Mas não a crônica. Esta

⁹ Há um intenso debate entre Nelson Werneck Sodré e Silviano Santiago (ABREU, 1996, p. 20) sobre o destaque dado à literatura com a criação dos suplementos. Embora não seja o caso aqui tratar desta polêmica, registro-a. Para Sodré, a criação destes suplementos indicaria que a arte e a literatura não eram consideradas como algo importante, e sim como algo a ser lido e pensado em períodos de ócio (os suplementos saíam aos sábados ou domingos e não diariamente, Sodré argumenta). Para Santiago, a criação do suplemento literatura é indicadora da importância que o material literário começava a possuir à época. Para acirrar esta discussão, Abreu lembra que o cientista ficou ausente dos suplementos (cf. 1996).

só eventualmente (e experiencialmente) aparece no suplemento literário¹⁰. Não é o seu lugar. Seu espaço no jornal é no primeiro caderno; sobretudo na página do editorial.

Então, o que se tem na imprensa dos anos JK é a instauração de um espaço para a literatura com a elaboração de um outro caderno: os suplementos literários. A crônica, ainda que alguns suplementos literários de alguns jornais venham a contemplá-la, não perde seu espaço no corpo do jornal e ao lado do editorial. Ela aí permanece; não é transferida para este outro espaço que surge. Isto posto, resta dizer que a crônica percorreu uma travessia interessante: de *rodapé* no século XIX para figurar ao lado do editorial e das colunas dos articulistas; de herdeira do espaço do folhetim a destaque no alto de uma página em que o jornal expõe sua posição. Expliquemos.

A crônica jornalística brasileira começa a ser engendrada ainda no século XIX, ou mais especificamente, por volta de 1854. Cândido (1992), em seu conhecido artigo “A vida ao rés do chão”, nos fala de seus primórdios: originária do folhetim, ocupando um espaço ao pé da página, uma seção do jornal *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, denominada “Ao correr da pena”, assinada por um importante escritor brasileiro, José de Alencar, começa a dar forma ao que vai ser apontado como um novo gênero. Dito de outra maneira, a partir daquela seção, do que vai se dizer dela e das outras que a seguem, inicia-se um processo de leitura/escritura do que virá a ser significado como crônica brasileira.

Portanto, o espaço dedicado à crônica era o do folhetim que figurava no *rodapé* do jornal. E, vale lembrar, tratava-se de um espaço, conforme Resende (2001a), destinado a mundaneidades ou eventos culturais. Com o tempo, foi configurando uma outra forma de dizer. Em suma, a crônica, difícil de ser caracterizada, até porque polimórfica, como o espaço a ela destinado, vai tendo suas marcas fixadas a partir da forma como se a escreve em confronto com o que seriam as marcas do local onde se instala: o jornal. Melhor explicando, a crônica

¹⁰ Uma observação sobre os suplementos literários e a crônica. Foi dito que os suplementos constituíram um importante espaço de debate entre intelectuais, foi dito também que a crônica só eventualmente aí comparecia. Importa lembrar que o suplemento literário do JB, conhecido como SDJB, criado em 1956, contou com um cronista, José Carlos de Oliveira. Por ter sido um caso que não se observou nos demais jornais, e por não ter a crônica saído da página do editorial, tampouco os cronistas que lá se encontravam, estou considerando não ter sido este o seu espaço.

vai sendo definida em oposição a algumas das ilusões características do discurso jornalístico. É o que se discutirá a seguir.

6 DA TENSÃO NO ESPAÇO CRONÍSTICO

São várias as ilusões que fundam, fundamentam e dão direção ao discurso jornalístico. Como em Mariani (1998) há um extenso e aprofundado estudo sobre o discurso jornalístico, irei sucintamente recuperar duas das ilusões deste discurso: a que diz respeito ao mito da informação e, atrelada a esta, a que diz respeito ao mito da comunicação. Com o primeiro temos a própria fundação do jornal enquanto instituição: informar seria seu objetivo. Com o segundo, a onipotência do sujeito (p. 72). Melhor explicando, a ilusão da função informativa se apóia na ilusão da comunicação na medida em que esta supõe o controle do dizer, o controle, por conseguinte, dos sentidos pelo sujeito. Aí reside a idéia de onipotência do sujeito.

O que importa destacar a partir de Mariani é que esses dois mitos produzem o efeito de literalidade e o de transparência dos sentidos e que ambos colaboram no sentido de instaurar uma relação de verdade com a informação (conforme Mariani, “verdade-da-informação”), o que também produz uma relação de confiança para com o que é narrado.

A crônica, resultado de posições que atuam no domínio do literário e do jornalístico, se materializa no espaço discursivo jornalístico. A crônica é produto do discurso jornalístico, como já se afirmou; no entanto, aí não são trabalhadas as ilusões do discurso jornalístico, ao contrário. Se o discurso jornalístico se supõe objetivo, neutro, transparente; da crônica se aponta a subjetividade, a parcialidade e a polissemia. A autoria, aí entendida como índice de interpretação, reforça essas ilusões.

O discurso jornalístico, à semelhança do discurso histórico, mascara a função-autor e o gesto interpretativo, não através da presença de uma metodologia e/ou de referências, como faz o discurso histórico, mas através de uma suposta autonomia dos fatos e dos acontecimentos. Já a crônica constrói um sítio de significação em que se traz a marca do autor assumindo através dela um gesto de interpretação. Autor é no espaço cronístico tomado como presença subjetiva. Ou melhor, funciona como “marca” de subjetividade. Tomemos Benveniste para através dele entendermos a subjetividade em Análise de Discurso.

Para Benveniste (1988), haveria na língua marcas formais (por exemplo, as formas vazias *eu* e *tu*) que apontariam para a subjetividade como marca lingüística. Instanciada na enunciação, a subjetividade funciona, na teoria benvenistiana (ORLANDI, 1988), como inscrita na ordem da língua. Não é o caso na Análise de Discurso. Aqui a subjetividade não se limita às marcas do aparelho formal da enunciação de que trata Benveniste. Cito Lagazzi:

A linguagem, enquanto processo, pode mostrar as manifestações do sujeito em qualquer extensão ou construção da língua. Tentar fixar os lugares em que o sujeito se marca na linguagem é reduzir a subjetividade a uma constatação estanque, desconsiderando que o processo discursivo se constitui pela relação que cada sujeito estabelece com a formação discursiva que o domina e com as outras formações discursivas que aí se entrecruzam. (1989, p. 151)

A subjetividade na Análise de Discurso é da ordem do discurso, isto é, uma construção discursiva. E, como tal, importa ao analista em seu funcionamento, que não se limita a uma ou outra marca específica para qualquer discurso. O que vai ocorrer em relação a um discurso que encena a “neutralidade” é supor que a subjetividade se verifica em duas instâncias: por um lado, através de marcas empíricas de um “eu” que se enuncia; por outro, através de marcas de opinião tomadas como “interpretação”. Ser “neutro” consistiria, então, em rejeitar essas “formas de subjetividade”. Para a Análise de Discurso, no entanto, ambos procedimentos constituem ilusões que foram historicamente determinando e delimitando modos de dizer que opunham um discurso da ciência a um discurso da não-ciência.

No discurso jornalístico, discurso que se quer distante daquele da não-objetividade, a ilusão da neutralidade é reforçada por uma escritura sem “eu” e também por uma ausência de opinião, já que “os fatos falam por si” (MARIANI, 1998, p. 62). E isto se dá, importa retomar, em função da imagem que se constrói sobre o jornal: aquele que informa. Em outras palavras, o discurso jornalístico se constrói na ilusão de informar um “fato”, sendo este dado como algo transparente a ser divulgado. Sem interpretação, sem autoria. Não é o que ocorre com a crônica.

Duas palavras ainda sobre autoria. Vem se trabalhando com esta noção citando Foucault e Orlandi. Importa agora dizer que entre ambos há pontos em comum bem como diferenças. Para Foucault (1997, 1998), a autoria, derivada

do sistema jurídico, funciona como princípio de originalidade e está vinculada à obra. Orlandi retoma a noção de Foucault e a expande. Para o princípio de originalidade, tem-se o discurso fundador (ORLANDI, 1996, p. 69). Já o autor é entendido como origem da textualidade:

No sentido em que estamos tomando a noção de autoria, é que é uma extensão ao de Foucault, a própria unidade do texto e efeito discursivo que deriva do princípio da autoria. Desse modo atribuímos um alcance maior e que especifica o princípio de autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o como origem da textualidade. (1988, p. 61)

Sendo afetado pelo social:

Para nós, a função-autor se realiza toda vez que o produtor de linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum, afetada pela responsabilidade social (ORLANDI, 1993): o autor responde pelo que diz ou escreve pois é suposto estar em sua origem. (ORLANDI, 1996, p. 69)

Melhor explicando, para Orlandi (1996, 2001), a autoria é proposta como função-autor decorrente da função-sujeito. Se não é possível sentido sem sujeito, se não é possível dizer sem significar, se a interpretação é da ordem da significação, a função-autor também é tomada como uma injunção ao dizer e à interpretação. E sua relação é com o texto: “há uma injunção à textualidade na linguagem e não há texto sem autor. Há uma função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo o efeito de coerência, não contradição, progressão e fim” (2001, p. 91).

É interessante notar que, ao postular o autor como princípio de textualidade, Orlandi inverte a proposta foucaultiana. Lá um texto poderia prescindir de autor:

Poderíamos dizer, por conseguinte, que, numa civilização como a nossa, uma certa quantidade de discursos são providos da função “autor”, ao passo que outros são dela desprovidos. Uma carta privada pode bem ter um signatário, mas não tem um autor; um contrato pode bem ter um fiador, mas não um autor. (FOUCAULT, 1997, p. 46)

O que caracteriza a autoria em Orlandi é, pois, a “produção de um gesto de interpretação” (1996, p. 97). Gesto de interpretação que “recobre não uma subjetividade, mas um lugar, uma posição discursiva” (p. 69) e que, por conseguinte, independe de uma assinatura. É nesse sentido que podemos dizer que o discurso jornalístico não é um discurso sem autor. Mas funciona como se fosse em função da ausência de uma assinatura, entre outros fatores. Já o discurso cronístico se apresenta como subjetivo não somente porque se tenha um “eu” (que pode ou não se mostrar), não porque nele se apresentem “marcas” de opinião (o que também muitas crônicas podem ou não conter), mas sobretudo em função da assinatura que aí funciona conjugando princípio de organização, de que falam diferentemente Foucault e Orlandi, princípio de textualidade, de que fala Orlandi, e, sobretudo, posse entendida aí como criação.

Importa lembrar que não é apenas no discurso cronístico que se tem a assinatura. Os articulistas e comentaristas também assinam suas matérias. Estas são consideradas espaços de opinião e, vale destacar, desde seus primórdios a opinião se fez presente e atuante na imprensa. Isto se explica, segundo Mariani (1998, p. 73), por uma das propriedades do jornal, qual seja, a adequação ao imaginário ocidental de liberdade de opinião. A assinatura tem, contudo, nesses espaços, outra significação: indica uma interpretação legitimada, uma “leitura original” e não posse como criação, como ocorre no espaço cronístico.

Em outras palavras, a interpretação fica, no âmbito do jornal, a cargo dos articulistas e comentaristas, isto é, daqueles que têm no jornal o papel de opinar (*idem*, p. 73), logo, de administrar uma interpretação. E por ela também são responsabilizados. Mas sua “interpretação” não é tomada como marcada por uma subjetividade, antes segue a orientação da imagem que se faz do discurso jornalístico, qual seja, da informação e, no caso dos comentaristas e articulistas, da explicação. Afinal, se a “imprensa deve desambigüizar o mundo” (*idem*, p. 63), informar e explicar vão constituir duas facetas de um mesmo processo.

Antes de prosseguir, irei me deter um pouco mais na questão da assinatura. Foi dito que a assinatura funciona diferentemente na crônica e no artigo: neste implica legitimação do dizer; naquela, propriedade e criação. E o pseudônimo que se apontou nas crônicas? Como funciona?

Foucault, em *O que é um autor?* (1997), diferencia nome de autor de nome próprio. Mais do que designar (função do nome próprio), o nome do

autor teria na nossa cultura a função de servir de elemento classificatório, agrupando, selecionando, delimitando textos e opondo-os a outros (p. 44). Ainda em Foucault, lê-se:

[...] o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, ter um nome de autor, o facto de se poder dizer “isto foi escrito por fulano” ou “tal indivíduo é o autor”, indica que esse discurso não é um discurso quotidiano, indiferente, um discurso flutuante passageiro, imediatamente consumível, mas que se trata de um discurso que deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto. (p. 45)

O nome de autor tem como efeito, portanto, destacar, retirar da condição hodierna, um “modo de ser do discurso”, singularizar, individualizar alguém. Pensando a assinatura através de um pseudônimo na crônica, julgo que se tem com o pseudônimo a função classificatória de que fala Foucault. É o pseudônimo que servirá como elemento de identificação e de agrupamento. A assinatura como tal, isto é, através de pseudônimo, confere a marca de autoria. Mas, por outro lado, o pseudônimo tensiona a função do nome de autor. Ou seja, agrupa mas sob um “pseudo nome” aquilo que releva do espaço comum, e, com isso, joga com a função designatória do nome: apaga o que designa. Marca e mascara ao mesmo tempo. Expõe a ilusão do nome, na medida em que sustenta o anonimato da figura do autor. E assim, cumpre-se a função do discurso literário – ter um autor –, mas oculta-se seu nome no pseudônimo. Indo mais adiante, o pseudônimo joga com a sacralização do nome do autor.

A proposta deste artigo, como já dito, é pensar o espaço cronístico como instituindo uma falha no ritual jornalístico. É hora de dizer do ritual para se chegar à falha. Trata-se do ritual jornalístico que consiste em trabalhar a domesticação dos sentidos e que vai aproximando o discurso jornalístico do paradigma da ciência. Ainda uma observação antes se continuar. É preciso considerar os dois paradigmas – da ciência e da não-ciência – como um *continuum*. É nesse sentido que se aproxima aqui o discurso jornalístico do paradigma da ciência mas não se o toma como tal.

Se as cisões de falar Pêcheux e Orlandi levaram a instituição de um discurso da ciência com base em critérios como “verdade”, “neutralidade”,

“imparcialidade”, cujas raízes podem ser encontradas no discurso da lógica matemática, não se pode esquecer que o discurso jornalístico também opera com tais noções; no entanto, não se postula como um discurso da ciência. O discurso jornalístico é um discurso urbano, produto de um tempo já capitalista, e que objetiva o leitor comum. Não se pretende como restrito a parceiros de laboratórios.

No que tange à falha desse discurso, esta se dá por ser a crônica o espaço onde as ilusões que fundamentam o discurso jornalístico se diluem, onde os sentidos deslizam. Recuperando o trabalho de Mariani (1998), a autora já tinha apontado em uma nota de pé de página desse seu livro a charge e as caricaturas como constituindo falhas do ritual – “como não há ritual sem falhas, lembramos aqui que as charges e caricaturas correspondem a um lugar privilegiado que de dentro do discurso jornalístico faz deslizar sentidos” (p. 243) –, o que serviu de ponto de partida da reflexão que se engendrou aqui.

Dito de outra maneira, se o discurso jornalístico opera com a ilusão da estabilização dos sentidos (linguagem transparente, sentido literal, fato narrado sem interferências, neutralidade, etc.), é também no espaço cronístico que esses são explorados, tensionados, problematizados. A crônica (assim como a charge e as caricaturas) trabalha os sentidos expostos no jornal. São nesses espaços em que se tem a ironia, que desmonta o dito, a piada, que o ridiculariza, a paródia, que expõe a possibilidade do sentido outro. São nesses espaços em que se “estranham” os diversos dizeres. Se o jornal se preocupa com o “furo” ou com o “fato”, é no espaço cronístico que se pode encontrar o risível ou o “estranhável” dessas preocupações. Com a crônica o “fato” pode não apenas ser exposto ao equívoco como também ser outro. E não somente isso. A crônica também trabalha uma outra falha: aquela do ritual que foi instituindo um domínio da ciência em oposição a outro da não-ciência. Por um lado, na medida em que tensiona a noção de autoria e de interpretação, como se observou, por outro lado, na medida que tensiona o cotidiano no jornal.

No jornal, como é sabido, encontram-se matérias diversas que dão conta de questões do dia-a-dia de ordem, por exemplo, política, social, artística, e de dimensão tanto nacional quanto internacional. O cotidiano, que aí se insere sob a forma de atualidade e novidade, é trabalhado, em função dos mitos e ilusões apontados, como “fato”, como “verdade”; indo mais longe, como “real”. A relação

instaurada com o leitor é aquela da verdade-da-informação, de confiança na informação. O jornal se funda e garante seu dizer a partir dessas premissas. Não há espaço para o equívoco em relação ao que se toma como fato, não há espaço para o fato ser outro. Citando Mariani:

cabe ao discurso jornalístico organizar e ordenar cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca fato diferente do que foi relatado. (*idem*, p. 61)

A crônica, como dizem cronistas e críticos literários, também tem como material o cotidiano. No entanto, este aí se insere de outro modo. Em primeiro lugar, o cotidiano não significa no espaço cronístico necessariamente atualidade. A crônica, tal como se observa no período JK, não tem compromisso com o último acontecimento, seja ele da ordem que for. Em segundo lugar, a crônica não tem também a pretensão da novidade. A repetição, a reelaboração de um dizer ou de um tema pode vir a constituir diversas crônicas de um mesmo autor em um mesmo período ou não. Ademais, pode ocorrer de uma mesma crônica ser republicada em época diferente.

A crônica lança mão do objeto cotidiano, trabalha, pois, com o objeto do jornal, mas ressignificando-o, apresentando outros sentidos ao mundo. Não trabalha a “desambigüização” do mundo. E também não se pode esquecer a esteticização do cotidiano que a crônica, na medida em que vai se configurando como uma formação discursiva do literário (e não do jornalístico), engendra.

Enfim, a crônica discursiviza o cotidiano, diferentemente dos outros espaços jornalísticos, instaurando a possibilidade de um equívoco no “fato”, no “acontecimento” jornalístico. Não almeja a “verdade”, não pressupõe o “real”, apesar de trabalhar questões da ordem do cotidiano. Não pretende informá-lo nem explicá-lo. Essa é a sua função no jornal e talvez daí advenha seu espaço ao lado do editorial e não no caderno literário, por exemplo. Nasceu vinculada ao discurso jornalístico, é seu produto. E uma de suas falhas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. (Org). **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BENJAMIM, W. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. V. 1.
- BENVENISTE, E. **Problemas de lingüística geral I**. São Paulo: Pontes, 1988.
- CANDIDO, A. A vida ao rés do chão. In: CANDIDO, A. et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP; Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- COSTA LIMA. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- FERNANDES, F. **Dicionário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro; São Paulo; Porto Alegre: Globo, 1953.
- FOUCAULT, M. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1997.
- _____. **A ordem do discurso**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- LAGAZZI, S. De Repente, bem mais que ‘de repente’. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- LIMA, P. A. M. **Rimas do mundo: o *ethos* fabulador**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1995.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. Unicamp, 1998.
- MEDEIROS, V. **Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro**. Tese (Doutorado em Lingüística) – UFF, 2003.
- NEVES, M. N. Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, A. et al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **Discurso e leitura**. Campinas, SP: Cortez, 1988.
- _____. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

- _____. **Interpretação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. **Discurso e texto**. São Paulo: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- _____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de estudos lingüísticos**, Campinas: Unicamp/IEL, n. 19, jul./dez. 1990.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- PORTELLA, E. A cidade e a letra. **Dimensões**, Rio de Janeiro: Agir, v. 1, 1959.
- RESENDE, B. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: RESENDE, B. (Org.). **Cronistas do Rio**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001a.
- _____. O Rio de Janeiro e a Crônica. In: RESENDE, B. (Org.). **Cronistas do Rio**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001b.
- SCHNEIDER, M. **Voleurs de mots**. Paris: Gallimard, 1985.
- SILVEIRA, J. F. Fernão Lopes e Saramago: viagem – paisagem – linguagem – coisa de veer. In: CANDIDO, A. et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Ed. Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- SOARES, A. **Gêneros literários**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Série Princípios)
- SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Recebido em 30/04/04. Aprovado em 17/08/04.

Title: Chronicle discourse: a “flaw in the ritual” of journalism

Author: Vanise Gomes de Medeiros

Abstract: In this paper I intend to carry out a theoretical reflection, under the light of Discourse Analysis (Pêcheux, Orlandi), on the discursive practice of the chronicle. That means I will discuss the insertion of the chronicle in the journalistic discourse. I will also analyze the newspaper chronicles published during a period – the JK government in Brasil - , which was important in the process of signification of the chronicle in the discursive formation of literature.

Keywords: chronicle; discourse analysis; journalistic discourse.

Tître: Le discours de la Chronique: une “Faute dans le Rituel” Journalistique

Auteur: Vanise Gomes de Medeiros

Discurso cronístico: uma “falha no ritual” jornalístico

Résumé: Dans cet article, je fais une réflexion théorique sur l'Analyse du Discours (Pêcheux, Orlandi) à propos de la pratique discursive de la chronique. Cela signifie que je discute l'insertion de la chronique dans le discours journalistique. Les chroniques choisies sont situées dans la période du gouvernement JK, qui s'est montrée – selon le regard de notre étude – très importante dans le processus de signification de la chronique dans la formation discursive de la littérature.

Mots-clés: chronique; analyse du discours; discours journalistique.

Título: Discurso cronístico: un “fallo en el rito” periodístico

Autor: Vanise Gomes de Medeiros

Resumen: En este artículo, hago una reflexión teórica de acuerdo con el Análisis del Discurso (Pêcheux, Orlandi) sobre la práctica discursiva de la crónica. Eso significa decir que voy a discutir la inserción de la crónica en el discurso periodístico. Asimismo, voy a considerar las crónicas periodísticas situadas en determinado período – gobierno JK – que se mostró importante en el proceso de significación de la crónica en la formación discursiva de la literatura.

Palabras-clave: crônica; análisis del discurso; discurso periodístico.